

O risco da estagnação secular

João Paulo de
Almeida Magalhães *

Qualquer analista que enxergue um palmo diante do nariz percebe que, de uma perspectiva de prazo médio, (a) o problema principal não é a inflação e (b) nada existe no contexto da nossa economia que nos impeça de voltar a crescer a 7% ao ano. Quanto ao primeiro ponto, o pior que pode ocorrer é uma hiperinflação. A experiência mundial mostra que esta, embora extremamente dura e dolorosa, se esgota no prazo de um ou dois anos. No que se refere ao desenvolvimento, continuam a existir hoje as mesmas precondições que durante todo o período posterior à Segunda Guerra Mundial, nos fizeram uma das economias mais dinâmicas do mundo. Providências destinadas a corrigir as seqüelas negativas do segundo choque do petróleo serão suficientes para garantir incremento do PIB brasileiro em ritmo não inferior ao observado nos chamados "tigres asiáticos". Ou seja, contrariamente ao que se vem repetidamente afirmado, as causas básicas da crise brasileira não são econômicas.

Outro ponto importante a ser sublinhado é o de que a ameaça principal não está no prolongamento da estagnação por alguns anos, mas numa estagnação secular do tipo da que se prolonga por mais de 30 anos, na Argentina.

Escrevendo nos anos 60, um autor americano indagava por que motivo a China e o Japão obtiveram resultados completamente diferentes nas suas políticas econômicas. Abertos ambos ao comércio com o Ocidente no século 19 tiveram as mesmas oportunidades em termos de acesso à tecnologia e aos capitais internacionais. Enquanto o Japão registrou excepcional sucesso, a China manteve-se em situação de subdesenvolvimento crônico. A diferença é explicada pelo autor em termos sociopolíticos. Enquanto existia no Japão um sentido de comunidade nacional, corporificado na figura do

imperador, a China via-se despedaçada por interesses conflitantes de grupos, famílias e regiões.

No decorrer do período coberto pela última administração militar e pela Nova República, instalou-se no Brasil o que, com base na análise acima, poderíamos chamar de "síndrome chinesa", identificada por alguns como mentalidade "corporatista". Grupos sociais, econômicos, políticos e profissionais defendem seus interesses particulares por todos os meios, pouco se incomodando com as consequências disto para o resto do país ou da comunidade.

Funcionários do Banco do Brasil obtêm salários muito acima do mercado, não se incomodando com os reflexos da medida sobre uma instituição de fundamental importância para a economia nacional. Nas universidades se instala um falso sentido de autonomia no âmbito do qual se digladiam alunos, professores e funcionários, cada um defendendo seus interesses específicos, sem qualquer consideração com as seqüelas da disputa sobre a qualidade do ensino e da pesquisa. Moradores de cidades interioranas não hesitam em interromper rodovias de vital importância para chamar atenção sobre reivindicações locais. Professores do ensino básico suspendem aulas por meses seguidos, na tentativa de conseguir salários que a comunidade não tem condições de pagar. Partidos políticos, ou defensores dos mais variados interesses levam o caos às nossas cidades, através de comícios ou passeatas realizados em locais e horas de grande fluxo de tráfego. Os sindicatos do setor moderno da economia se mancomunam com as empresas para obter aumentos salariais injustificáveis numa economia estagnada e imediatamente transferidos para o restante da comunidade através do aumento de preços. Exemplos desse tipo podem ser multiplicados indefinidamente.

Trata-se, em última análise, de avassaladora disseminação do corporativismo ou do surgimento do que chamamos a síndrome chinesa. Nesse

contexto deixa de ter sentido e fica mesmo um pouco ridículo o debate, freqüentemente acirrado, entre economistas, sobre as melhores fórmulas para conter a inflação e retomar o desenvolvimento. Todas elas exigem um mínimo de sacrifícios e o que domina hoje o país é a lei de Gérson, segundo a qual "todo mundo tem de levar vantagem".

Especialmente grave é que os candidatos à Presidência da República depois de declarações mais ou menos formais contra a inflação e em favor do desenvolvimento nada mais fazem do que encorajar reivindicações de tipo corporativista. Com isso não apenas se comportam impatrioticamente como revelam lamentável miopia.

Na verdade, o corporativismo, posto que se tenha tornado bastante amplo para nos colocar diante do risco de uma estagnação econômica secular (do tipo ocorrido na Argentina), continua eleitoralmente minoritário. Não basta querer "levar vantagem": é indispensável dispor de instrumentos de pressão para consegui-lo. O candidato que, com o ataque aos "marajás", se colocou contra o mais visível e lamentável tipo de corporativismo existente no Brasil ascendeu imediatamente a uma ampla maioria, baseada fundamentalmente nos excluídos da lei de Gérson (classes C e D). Seu declínio posterior se explica, provavelmente, pelo fato de não ter ampliado seu ataque a outras manifestações do corporativismo.

Em suma, o risco da estagnação secular tem raízes fundamentalmente sócio-políticas. E ele se torna particularmente grave porque os profissionais da política (entre os quais se acha o futuro presidente) estão contribuindo para seu agravamento através de campanhas que, em vez de combater, estimulam comportamentos de tipo corporativista. Campanhas que nem sempre lhes garantem os votos desejados porque a substancial maioria do povo brasileiro está irritada, enjoada, indignada com o corporativismo.

JORNAL DO BRASIL